

EDITAL Nº 01/2026, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026 – 1ª RETIFICAÇÃO

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no item 19.10 do Edital nº 01/2026, de 24/02/2026, torna pública a retificação ao edital supracitado, cujas alterações estão a seguir especificadas:

1. Na seção 3, DAS VAGAS E DA INVESTIDURA, item 3.1*, **ONDE SE LÊ:**

QUADRO DE VAGAS		
Cargo	Área de Habilitação	Total
Auditor Fiscal de Controle	Administração	2 + CR
	Ciências Contábeis	3 + CR
	Ciências da Computação, Sistemas de Informação, Engenharia de Computação e Engenharia de Software	5 + CR
	Direito	5 + CR
	Economia	2 + CR
	Engenharia Civil	2 + CR
	Engenharia Sanitária	CR
	Engenharia Elétrica	CR
	Ciências Atuariais	1 + CR

LEIA-SE

QUADRO DE VAGAS					
Cargo	Área de Habilitação	Ampla Concorrência	Pessoa com Deficiência	Pretos e Pardos	Total
Auditor Fiscal de Controle	Administração	2	CR	CR	2 + CR
	Ciências Contábeis	2	CR	1	3 + CR
	Ciências da Computação, Sistemas de Informação, Engenharia de Computação e Engenharia de Software	4	CR	1	5 + CR
	Direito	3	1	1	5 + CR
	Economia	1	CR	1	2 + CR

	Engenharia Civil	2	CR	CR	2 + CR
	Engenharia Sanitária	CR	CR	CR	CR
	Engenharia Elétrica	CR	CR	CR	CR
	Ciências Atuariais	1	CR	CR	1 + CR

* Quadro atualizado após o sorteio conforme Item 3.2 do Edital 01/2026.

2. Na seção 5, DA ISENÇÃO, ONDE SE LÊ:

5.19 O resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção de taxa de inscrição será divulgado no endereço eletrônico: <https://conhecimento.fgv.br/concursos/tcesc26>, na data provável de **14 de abril de 2026**.

5.20 A relação dos pedidos de isenção deferidos após recurso será divulgada no sítio eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/tcesc26>, na data provável de **29 de abril de 2026**.

LEIA-SE

5.19 O resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção de taxa de inscrição será divulgado no endereço eletrônico: <https://conhecimento.fgv.br/concursos/tcesc26>, na data provável de **19 de março de 2026**.

5.20 A relação dos pedidos de isenção deferidos após recurso será divulgada no sítio eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/tcesc26>, na data provável de **02 de abril de 2026**.

3. Na seção 9, DAS PROVAS, Item 9.9, tabela da alínea “c) Direito.”, ONDE SE LÊ:

c) Área: Direito.

DISCIPLINA	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
MÓDULO I: CONHECIMENTOS GERAIS			
Língua Portuguesa	12	1	40
Raciocínio Lógico Matemático	8		
Ética no Serviço Público	12		
Informática e Análise de Dados	8		
MÓDULO II: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
Auditoria Governamental, Compliance e Gestão de Risco e Governança	10	1	60
Controle Externo da Administração Pública	10		
Legislação Aplicável ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina	10		
Conhecimentos Específicos	30		
TOTAL	100		100

LEIA-SE

c) Área: Direito.

DISCIPLINA	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
MÓDULO I: CONHECIMENTOS GERAIS			
Língua Portuguesa	12	1	40
Raciocínio Lógico Matemático	8		
Ética no Serviço Público	12		
Informática e Análise de Dados	8		
MÓDULO II: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
Auditoria Governamental, Compliance e Gestão de Risco e Governança	10	1	60
Controle Externo da Administração Pública	10		
Legislação Aplicável ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina	10		
Conhecimentos Específicos da Área de Habilitação	30		
TOTAL1	100		100

4. Na seção 11, DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS, FICA INCLUÍDO:

11.15.5 Participação em programa de residência:

a) certificado de conclusão ou declaração emitida pelo órgão ou instituição pública responsável pelo programa, contendo: o período de participação (com datas de início e fim), a carga horária, a identificação do programa, o fundamento normativo, o nível de escolaridade e habilitação exigidos para o ingresso e a descrição das atividades desenvolvidas, com a identificação da natureza dessas atividades.

No item 11.19, **ONDE SE LÊ:**

11.19. Não será aceito como título qualquer tipo de estágio curricular, bolsa de estudo, prestação de serviço voluntário, monitoria ou docência.

LEIA-SE

11.19. Não será aceito como título qualquer tipo de estágio curricular, bolsa de estudo, prestação de serviço voluntário, monitoria ou docência, não se aplicando essa vedação na hipótese prevista no item 11.15.5 deste edital.

5. No Anexo I, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, FICA INCLUÍDO:

O conteúdo programático contempla legislação, jurisprudência e doutrina pertinentes aos temas.

A legislação de referência a ser considerada como objeto do concurso será a vigente à data de publicação do edital de abertura do concurso.

6. No Anexo I, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, MÓDULO I (CONHECIMENTOS GERAIS), INFORMÁTICA E ANÁLISE DE DADOS, FICA EXCLUÍDO:

8 Ética no Serviço Público. 8.1 Padrões de conduta ética na gestão pública. 8.2 Condutas antiéticas indesejáveis. 8.3 Consequências de práticas antiéticas. 8.4 Identificação de fatores e fenômenos que caracterizam ações antiéticas.

7. No Anexo I, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, MÓDULO II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, FICA EXCLUÍDO:

8 Atuária. 8.1 Avaliação atuarial. 8.2 Métodos atuariais. 8.3 Premissas e hipóteses atuariais. 8.4 Regimes financeiros: capitalização, repartição simples e repartição de capitais de cobertura. 8.5 Tipos de planos: benefício definido, contribuição definida e contribuição variável. 8.6 Reservas matemáticas: conceito e tipos. 8.7 Fundo de oscilação de riscos. 8.8 Déficit e superávit. 8.9 Custos atuariais: custo normal e custo suplementar. 8.10 Ativo real líquido. 8.11 Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA). 8.12 Nota Técnica Atuarial (NTA). 8.13 Base de dados atuarial. 8.14 Fluxo de caixa atuarial. 8.15 Saldamento de planos, migração entre planos e retirada de patrocínio. 8.16 Reserva de contingência e reserva especial para revisão de plano. 8.17 Portaria MTP nº 1.467/2022. 8.18 Resolução CMN nº 5.272/2025. 9 Direito Previdenciário. 9.1 Seguridade social: conceito, organização e princípios constitucionais. 9.2 Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – aspectos GERAIS. 9.3 Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). 9.4 Reformas da previdência: Emendas Constitucionais nº 20/1998, 41/2003, 47/2005, 70/2012 e 103/2019. 9.5 Princípios previdenciários: contributividade, equilíbrio financeiro e atuarial e solidariedade. 9.6 Lei nº 9.717/1998. 9.7 Lei nº 9.796/1999.

8. No Anexo I, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, MÓDULO II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO, FICA INCLUÍDO:

ADMINISTRAÇÃO

16 Legislação Aplicada ao Terceiro Setor. 16.1 Lei nº 9.637/1998. 16.2 Lei nº 9.790/1999. 16.3 Lei nº 13.019/2014. 16.4 Lei nº 12.527/2011. 16.5 Decreto estadual nº 733/2024. 17 Reforma Tributária. 17.1 Constituição Federal (arts. 145 a 162). 17.2 Código Tributário Nacional. 17.3 Emenda Constitucional nº 132/2023. 17.4 Lei Complementar nº 214/2025.

DIREITO

20 Legislação Aplicada ao Terceiro Setor. 20.1 Lei nº 9.637/1998. 20.2 Lei nº 9.790/1999. 20.3 Lei nº 13.019/2014. 20.4 Lei nº 12.527/2011. 20.5 Decreto estadual nº 733/2024. 21 Reforma Tributária. 21.1 Constituição Federal (arts. 145 a 162). 21.2 Código Tributário Nacional. 21.3 Emenda Constitucional nº 132/2023. 21.4 Lei Complementar nº 214/2025.

9. No Anexo I, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, MÓDULO II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, **CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO, ENGENHARIA DE SOFTWARE**, FICA EXCLUÍDO:

2.8 Ética no Serviço Público. 2.8.1 Padrões de conduta ética na gestão pública. 2.8.2 Condutas antiéticas indesejáveis. 2.8.3 Consequências de práticas antiéticas. 2.8.4 Identificação de fatores e fenômenos que caracterizam ações antiéticas.

Os demais itens do edital de abertura permanecem válidos e inalterados. O edital completo e retificado encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/tcesc26>.

Florianópolis, 18 de março de 2026.

Herneus João De Nadal
Presidente